

Estudantes apelam pelos mortos

FABIANO LANA

BRASÍLIA - Cerca de cem alunos de escolas secundárias foram ontem ao Ministério da Justiça pedir ao secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, que encontre uma forma de indenizar as famílias de pessoas assassinadas em atos públicos, durante o regime militar. Acompanhados por Maria de Belém, 83 anos, mãe do estudante Édson Luiz - morto pelos militares em 1968, no restaurante do Calabouço -, os estudantes deram a

volta no ministério e, gritando palavras de ordem, concentraram-se no saguão, onde foram recebidos por Gregori e pelo secretário executivo José Jesus Filho.

Gregori aproveitou para pedir vivas à Justiça e aos direitos humanos. Em seguida, afirmou: "Pessoas morreram em passeatas, comícios ou atos públicos, inocentemente, vítimas de balas perdidas que muito provavelmente foram disparadas por setores que naquele tempo eram conhecidos como paramilitares."

Para viabilizar as indenizações, a

Secretaria Nacional de Direitos Humanos pretende apresentar um projeto de lei ao Congresso. A inexistência de norma legal já levou a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos a indeferir vários pedidos de indenização de famílias que tiveram parentes mortos em protestos contra o velho regime. "Cerca de 10 famílias serão beneficiadas, caso a lei seja aprovada", disse Gregori. O secretário, entretanto, esclareceu que a lei só deve beneficiar aqueles que já fizeram o requerimento à comissão. "O que nós pode-

mos fazer é estudar um acréscimo nessa lei para que estes casos já protocolados possam ser atendidos. É isso que estamos estudando."

■ O representante das Forças Armadas na Comissão Especial de Desaparecidos Políticos, general Oswaldo Gomes, defendeu ontem que militares mortos pela esquerda sejam promovidos ao último posto da carreira. Mas a representante das famílias dos desaparecidos, Suzana Lisboa, não concorda, argumentando que eles já receberam promoção post-mortem.